## Mensagem da Administração

O resultado do ano de 2017 foi negativo em R$ 28 milhões.

Durante este ano a Companhia permaneceu comprometida com o cumprimento do plano de recuperação judicial da MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial (“MMX Sudeste”), bem como com a aprovação do plano de recuperação judicial da Companhia e da MMX Corumbá Mineração S.A (“MMX Corumbá”).

Em 22 de novembro de 2017 foi aprovada pela Assembléia Geral de Credores da MMX Sudeste um aditivo ao plano original no que diz respeito à forma de venda da UPI Fazendas e UPI Terminais. A Companhia está comprometida com a alienação dos demais ativos previstos no plano de recuperação judicial da MMX Sudeste, mais especificamente das UPIs Fazendas e Terminais, cujos efeitos poderão ocorrer ainda em 2018.

Em 23 de março de 2017 foi apresentado. o plano de recuperação judicial da Companhia e MMX Corumbá.  Em 14 de março de 2018 a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão na qual determinou a suspensão da realização da Assembleia Geral de Credores (“AGC”) da Companhia e da MMX Corumbá, originalmente convocada para ser realizada no dia 21 de março de 2018, em primeira convocação, ou no dia 29 de março de 2018, em segunda convocação. A Decisão não indica nova data para que seja realizada a AGC, de modo que a sua realização permanecerá suspensa até que seja determinada uma nova data.

### A Continuidade da Companhia

O Plano de Restruturação iniciado em 2014 e que acabou culminando nos dois processos de Recuperação Judicial supracitados, vem sendo enfrentados pela cia com muito trabalho e

dedicação de sua equipe. Constante redução de custos e busca por alternativas de receitas vem sendo uma tarefa diária de toda equipe. Esta reestruturação tem como objetivo último a preservação da atividade desenvolvida pela Companhia, ou seja, a mineração. Busca-se, portanto, redimensionar a Companhia para que esta possa prosseguir como unidade econômica e, por conseguinte, possa voltar a gerar mais empregos, impostos e tributos. Isto é, objetiva-se que, após a devida reorganização financeira e societária, a mesma possa retornar como uma empresa sólida, ainda que de porte inferior ao seu projeto inicial. Para tanto, faz-se necessário que retenha determinados bens e ativos essenciais à viabilização de uma estrutura, ainda que mínima, para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Nesse contexto, a Companhia pretende manter os seguintes ativos a permitir a sua alavancagem: (i) Participação Societária na MMX Sudeste, notadamente o projeto greenfield de Bom Sucesso; (ii) Participação Indireta na
Mineração Morro do Ipê S.A. (Serra Azul); e (iii) Direitos Minerários da MMX Corumbá Mineração

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel. (55 31) 3262 4044
Fax (55 31) 3261 7273
www.bdobrazil.com.br

Rua Paraíba, 1.000 - 6º andar
Funcionários - Belo Horizonte - MG
30130-141

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MMX Mineração e Metálicos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

## Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MMX Mineração e Metálicos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Plano de recuperação judicial, valor recuperável de ativos e continuidade operacional

   Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1, em 16 de outubro de 2014, a subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A. ajuizou na Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05, o qual foi deferido em 22 de outubro de 2014, conforme decisão da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Em 19 de dezembro de 2014, a referida subsidiária apresentou o seu plano de recuperação com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudos econômico-financeiros e de avaliação dos ativos da mesma. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores em 28 de agosto de 2015 e homologado em 23 de setembro de 2015 pelo Juiz da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Em 28 de outubro de 2016 foi concluída a alienação de parte de determinados ativos conforme previsto no plano de recuperação judicial. Entretanto, a controlada MMX Sudeste Mineração S.A. não remensurou, até a presente data, todos os possíveis efeitos do seu plano de recuperação judicial, em especial sobre o restante dos ativos ainda não alienados (UPI Fazendas e UPI Terminais) tendo em vista a dependência de eventos futuros, tais como a venda dos mesmos, que podem ou não ocorrer.

   Conforme também mencionado na Nota Explicativa n° 1, em 25 de novembro de 2016 a Companhia e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. ajuizaram na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, o qual foi deferido em 19 de dezembro de 2016, conforme decisão da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Em 23 de março de 2017, a Companhia e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. apresentaram seus planos de recuperação com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudos econômico-financeiros e de avaliação dos seus respectivos ativos. Entretanto, a Companhia e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. não remensuraram, até a presente data, todos os possíveis efeitos decorrentes dos seus respectivos planos de recuperação judicial para fins de ajuste aos seus valores realizáveis, tendo em vista inclusive a dependência dos eventos futuros acima mencionados, o que pode afetar de maneira significativa a definição dos seus valores.

Conforme mencionado na Nota Explicativa N°1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízos acumulados, individual e consolidado de R$ 5.821.768, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R$ 666.404 mil e R$ 535.290 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R$ 501.529 mil e R$ 501.230 mil, respectivamente. Para reverter esta situação, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende do sucesso da conclusão dos seus respectivos planos de recuperação judicial, além da necessidade do aporte de recursos de novos investidores para continuar os projetos que permanecerão no portfólio das controladas.

Em decorrência dos assuntos acima, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de efetuar ajustes adicionais em relação aos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas para fins de realização aos seus valores recuperáveis, bem como nos elementos componentes das demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso essas demonstrações contábeis não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

2. Controles internos com fraquezas significativas

A Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações contábeis não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados de segregação de funções que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas como um todo, análise do impacto do processo de recuperação judicial de suas controladas nas respectivas demonstrações contábeis, principalmente no que tange a apresentação e mensuração de ativos não circulantes disponíveis para venda, e analise para realização de valores a receber de partes relacionadas.

3. Ausência de reconhecimento de obrigação tributária vinculada à perdão de dívida

Em decorrência do processo de recuperação judicial a MMX Sudeste Mineração S.A. obteve um perdão de dívida no valor de R$ 402.633 mil. O perdão de dívida é um ato efetuado pelo credor objetivando liberar o devedor do cumprimento da obrigação sem exigência de nenhuma contrapartida do devedor, representando um ganho real para este. Entendemos que houve a extinção da obrigação sem haver a redução do ativo do devedor, gerando um acréscimo patrimonial. Assim, o perdão da dívida deve ser reconhecido como receita não financeira tributável da Companhia para efeito de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Programa de Integração Social (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Identificamos que a Companhia não reconheceu em suas escritas contábeis e fiscais o montante estimado de R$ 69.686 mil referentes ao PIS e a COFINS devidos em eventual autuação por parte das autoridades fiscais. Consequentemente, o passivo circulante encontra-se registrado a menor e o resultado do exercício a maior neste montante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, acima referidas.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Belo Horizonte, 27 de março de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 009485/F-0

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S - RJ

# MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

## Balanços patrimoniais
## Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
## (Em milhares de Reais)

Ativo

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 12 | 11 | 61 | 3.571 |
| Estoques | 5 | - | - | 31 | 31 |
| Impostos a recuperar | 6 | 2.799 | 2.988 | 8.589 | 16.631 |
| Depósitos vinculados | | - | - | 4.591 | 8.603 |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | 7 | - | - | 74.685 | 78.252 |
| Outros créditos | | 493 | 497 | 511 | 1.938 |
| | | 3.304 | 3.496 | 88.468 | 109.026 |
| Não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 11 | | | | |
| Contas a receber partes relacionadas | | 87.284 | 86.619 | - | - |
| Empréstimos concedidos partes relacionadas | | 35.113 | 32.575 | - | - |
| Impostos a recuperar | 6 | 24.399 | 22.173 | 33.793 | 30.990 |
| Depósitos judiciais | | 371 | 658 | 13.477 | 13.071 |
| Investimentos | 8 | 16.951 | 11.305 | 9.817 | 9.817 |
| Imobilizado | 9 | 1.158 | 1.595 | 1.158 | 1.595 |
| Títulos de remuneração variável (Port11) | | 22.013 | 21.687 | 22.013 | 21.687 |
| Outros créditos | | - | - | - | - |
| | | 187.289 | 176.612 | 80.258 | 77.160 |
| | | 190.593 | 180.108 | 168.726 | 186.186 |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

## Balanços patrimoniais
## Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
## (Em milhares de Reais)

Passivo

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | 15.167 | 13.547 | 45.052 | 45.925 |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 141.599 | 133.075 | 142.056 | 133.532 |
| Impostos e contribuições a recolher | 13 | 4.784 | 4.752 | 18.817 | 11.505 |
| Salários e remunerações | | 101 | 106 | 108 | 303 |
| Obrigações com aquisições de investimentos | | 67.566 | 28.640 | 67.566 | 28.640 |
| Partes relacionadas | 11 | | | | |
| Empréstimos obtidos partes relacionadas | | 77.044 | 63.949 | 14.226 | 13.059 |
| Outras valores a pagar com partes relacionadas | | 502 | 502 | - | - |
| Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo | | 139.383 | 126.852 | - | - |
| Passivos relacionados com os ativos não circulantes mantidos para venda | 7 | - | - | 52.232 | 50.510 |
| Obrigações com terceiros | | 223.562 | 222.453 | 283.701 | 284.372 |
| | | 669.708 | 593.876 | 623.758 | 567.846 |
| Não circulante | | | | | |
| Obrigações com aquisições de investimentos | | - | 37.602 | - | 37.602 |
| Provisão para litígios e demandas judiciais | 14 | 401 | 372 | 16.277 | 22.242 |
| Títulos de remuneração variável – MMX M11 | 16 | 22.013 | 21.687 | 22.013 | 21.687 |
| Outras obrigações | | - | - | 7.908 | 10.241 |
| | | 22.414 | 59.661 | 46.198 | 91.772 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 18a | 5.404.850 | 5.404.850 | 5.404.850 | 5.404.850 |
| (-) Custo na emissão de ações | 18b | (48.329) | (48.329) | (48.329) | (48.329) |
| Reservas de capital | 18c | 58.688 | 58.688 | 58.688 | 58.688 |
| Ajustes acumulados de conversão | | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Transações de capital | | (94.975) | (94.975) | (94.975) | (94.975) |
| Prejuízos acumulados | | (5.821.768) | (5.793.668) | (5.821.768) | (5.793.668) |
| Atribuído a participação dos acionistas controladores | | (501.529) | (473.429) | (501.529) | (473.429) |
| Participações de acionistas não controladores | | - | - | 299 | (3) |
| Total patrimônio líquido | | (501.529) | (473.429) | (501.230) | (473.432) |
| | | 190.593 | 180.108 | 168.726 | 186.186 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

## Demonstrações do resultado
## Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
## (Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receita de venda de bens e/ou serviços | 19 | - | - | 454 | 2.723 |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | 19 | - | - | (474) | (10.244) |
| Resulta do bruto | | - | - | (20) | (7.521) |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas e distribuição | 19 | - | - | - | 4 |
| Despesas administrativas | 19 | (8.663) | (16.511) | (28.516) | (64.824) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 8 | 5.661 | (91.019) | (103) | - |
| Provisão para patrimônio líquido investida negativo | 8 | (12.530) | 671.508 | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 19 | 296 | (168.550) | 13.673 | 484.165 |
| | | (15.236) | 395.428 | (14.946) | 419.345 |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | | (15.236) | 395.428 | (14.966) | 411.824 |
| Resultado financeiro | 19 | | | | |
| Receitas financeiras | | 5.368 | 39.016 | 39.388 | 84.273 |
| Despesas financeiras | | (20.191) | (19.582) | (53.829) | (80.503) |
| | | (14.823) | 19.434 | (14.441) | 3.770 |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | (30.059) | 414.862 | (29.407) | 415.594 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | 1.959 | (1.959) | 1.608 | (2.773) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | | (28.100) | 412.903 | (27.799) | 412.821 |
| Resultado líquido do exercício | | (28.100) | 412.903 | (27.799) | 412.821 |
| Atribuído aos acionistas controladores | | (28.100) | 412.903 | (28.100) | 412.903 |
| Atribuído aos acionistas não controladores | | - | - | 301 | (82) |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$) | | (4,33107) | 63,64103 | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente
## Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
## (Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Resultado líquido do exercício | | (28.100) | 412.903 | (27.799) | 412.821 |
| Perda por variação de participação societária | 18 | - | (36.500) | - | - |
| Total do resultado abrangente | | (28.100) | 376.403 | (27.799) | 412.821 |
| Total do resultado abrangente atribuído a: | | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | | (28.100) | 376.403 | (28.100) | 412.903 |
| Participação dos acionistas não controladores | | - | - | 301 | (82) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
## Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital Social | (-) Custo na emissão de ações | Ágio na emissão de ações | Transação de capital | Stock Options | Outros resultados abrangentes | Resultados acumulados | Participação de acionistas não controladores | Total |
| Saldos em 1° de janeiro de 2016 | 5.404.850 | (48.329) | 1.819 | (94.891) | 56.869 | 5 | (6.054.478) | (6) | (734.161) |
| Opção de ações outorgadas reconhecidas no exercício | - | - | - | (84) | - | - | (152.093) | - | (152.092) |
| Transações de capital | - | - | - | - | - | - | - | 85 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 412.903 | (82) | 412.821 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 5.404.850 | (48.329) | 1.819 | (94.975) | 56.869 | 5 | (5.793.668) | (3) | (473.432) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 5.404.850 | (48.329) | 1.819 | (94.975) | 56.869 | 5 | (5.793.668) | (3) | (473.432) |
| Transações de capital | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | (28.100) | 301 | (27.799) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 5.404.850 | (48.329) | 1.819 | (94.975) | 56.869 | 5 | (5.821.768) | 299 | (501.230) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

# Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Prejuízo/(lucro) do exercício | (28.100) | 412.903 | (27.799) | 412.821 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa: | | | | |
| Depreciação e amortização | 437 | 703 | 436 | 703 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (5.661) | 91.019 | - | - |
| Variação monetária e juros | 14.096 | (20.020) | 14.716 | (14.711) |
| Custo Residual do ativo permanente baixado | - | 2.219 | - | 21.389 |
| Ajuste de inventário físico de estoques | - | - | - | (3) |
| Provisão para não realização de créditos tributários | 119 | 4.497 | 706 | 26.334 |
| Provisão para perda em estoques | - | - | 3.374 | (2.243) |
| Outras provisões (reversões) | 169 | (36.415) | (4.390) | 7.878 |
| Provisão para investida com patrimônio líquido negativo | 12.530 | (671.508) | - | - |
| Provisão de Fornecedores | (74) | 204.595 | (1.163) | 76.952 |
| Redução ao Valor Recuperável de Ativos | - | - | (6.831) | (62.429) |
| Efeito UPI Mina | - | - | - | (428.881) |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber | - | 4 | (161) | - |
| Estoques | - | - | 446 | 289 |
| Adiantamentos diversos | (72) | (107) | (242) | (923) |
| Depósitos vinculados | - | - | (163) | - |
| Outros créditos | - | 177 | 1.134 | (37) |
| Impostos a recuperar | - | 245 | (593) | (5.192) |
| Fornecedores | 240 | (2.479) | (2.590) | (32.230) |
| Impostos e contribuições a recolher | (1.204) | 2.179 | 9.099 | 9.060 |
| Obrigações com aquisições de investimentos | - | (958) | - | (958) |
| Obrigações com terceiros | - | - | (1.196) | (27.803) |
| Empresas controladas e coligadas | 6.810 | 10.665 | - | - |
| Depósito judicial | (2) | (287) | 454 | 22.308 |
| Salários e remunerações | 713 | (1.337) | 759 | 1.316 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 1 | (1.231) | (14.004) | 3.640 |
| Investimentos | - | - | - | (9.817) |
| Imobilizado | - | - | 4.151 | (8.603) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | (15) | - | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | - | (15) | 4.151 | (18.420) |
| Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | - | - | - | 1.249 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 1 | (1.246) | (9.853) | (13.531) |
| No início do exercício | 11 | 1.257 | 3.571 | 1.410 |
| Caixa líquido dos ativos mantidos para a venda | - | - | (6.343) | (15.692) |
| No fim do exercício | 12 | 11 | 61 | 3.571 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 1 | (1.246) | (9.853) | (13.531) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

# Demonstrações do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de mercadoria, produtos e serviços | - | - | 500 | 3.000 |
| Outras receitas | 266 | 49.192 | 8.940 | 742.790 |
| Receitas relativas á construção de ativos próprios | - | - | 7.645 | 933.703 |
| | 266 | 49.192 | 17.085 | 1.679.493 |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | | | |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | - | - | 519 | (10.237) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (4.197) | (216.080) | (8.213) | (255.604) |
| Custo residual do ativo baixado | - | (2.217) | - | (959.056) |
| | (4.197) | (218.297) | (7.694) | (1.224.897) |
| Valor adicionado bruto | (3.931) | (169.105) | 9.391 | 454.596 |
| Depreciação, amortização e exaustão | (437) | (703) | (436) | (703) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | (4.368) | (169.808) | 8.955 | 453.893 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 5.661 | (91.019) | (103) | - |
| Provisão para investida com patrimônio líquido negativo | (12.531) | 671.508 | - | - |
| Receitas financeiras | 5.370 | 9.790 | 43.367 | 55.138 |
| | (1.500) | 590.279 | 43.264 | 55.138 |
| Valor adicionado total a distribuir | (5.868) | 420.471 | 52.219 | 509.031 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Empregados | | | | |
| Remuneração direta | 3.022 | 8.296 | 6.682 | 10.956 |
| Benefícios | 149 | 351 | 376 | 693 |
| FGTS | 247 | 293 | 474 | 827 |
| | 3.418 | 8.940 | 7.532 | 12.476 |
| Tributos | | | | |
| Federais | (1.442) | 8.235 | 14.522 | 30.717 |
| Estaduais | - | - | - | 1.357 |
| Municipais | 1 | - | 6 | 31 |
| | (1.441) | 8.235 | 14.527 | 32.105 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Juros e variação cambial | 20.191 | (9.644) | 57.809 | 51.473 |
| Aluguéis | 64 | 37 | 148 | 156 |
| | 20.255 | (9.607) | 57.958 | 51.629 |
| Remuneração de capitais próprios | | | | |
| Lucro (prejuízo) do período | (28.100) | 412.903 | (28.100) | 412.903 |
| Participação dos acionistas não-controladores nos lucros retidos | - | - | 301 | (82) |
| | (28.100) | 412.903 | (27.799) | 412.821 |
| | (5.868) | 420.471 | 52.219 | 509.031 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A MMX Mineração e Metálicos S.A. ("MMX" ou "Companhia" ou em conjunto com as subsidiárias "Grupo MMX") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação societária em outras sociedades, a extração, o beneficiamento, a pesquisa e desenvolvimento mineral, e a venda de minério de ferro, além da participação na operação de logística e portuária da coligada no Porto Sudeste do Brasil S.A.

### Processo de recuperação judicial da controlada MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial

Durante o segundo e terceiro trimestre de 2014, a Companhia enfrentou um agravamento da sua situação financeira. Assim, no dia 16 de outubro de 2014, sua subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial ("MMX Sudeste") - ajuizou pedido de Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.105/2005 na Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais. Em 22 de outubro de 2014, o processamento da Recuperação Judicial foi deferido, conforme decisão do juiz da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais.

Em 28 de agosto de 2015, o Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste foi aprovado em Assembléia Geral de Credores. Em 23 de setembro de 2015, esse plano foi homologado pelo Juíz da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em resumo, o plano consiste na venda dos ativos da MMX Sudeste, segregados em 3 (três) grupos: (i) UPI Fazendas, (ii) UPI Terminais e (iii) UPI Mina.

Em 28 de outubro de 2016 foi concluída a alienação de determinados ativos reunidos em uma UPI – Unidade Produtiva Isolada, nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/05). Referida Unidade Produtiva Isolada – UPI Mina, composta pelas minas de Ipê e Tico-Tico e respectivas unidades de processamento e barragens, além dos demais ativos, contratos e licenças a elas relacionados, foi alienado para o grupo investidor formado por EAV Lux 2 S.À.R.L., sociedade do grupo Mubadala ("Mubadala") e Trafigura Ventures VIII BV, sociedade do grupo Trafigura ("Trafigura" e, em conjunto com Mubadala, "Investidores").

A Companhia, também credora quirografária da MMX Sudeste, tornou-se uma das acionistas da nova empresa ("Newco"), tal como estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

A alienação da UPI Mina é a concretização do marco mais importante do Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste. A MMX Sudeste, já havia quitado grande parte dos créditos detidos (i) pelos credores trabalhistas (Classe I), (ii) a totalidade dos créditos detidos pelos credores microempresas e empresas de pequeno porte (Classe IV), (iii) bem como pelos credores quirografários (Classe III) com créditos inferiores a R$ 40 mil e que expressamente escolheram receber seus créditos de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial. Assim, com a alienação da UPI Mina, a MMX Sudeste terá efetuado a alienação dos ativos que tinham o maior potencial de geração de valor aos credores quirografários (com base nos valores mínimos de venda das UPIs previstas no Plano de Recuperação Judicial).

Adicionalmente em 22 de novembro de 2017 foi aprovada pela Assembléia Geral de Credores um aditivo ao plano original no que diz respeito à forma de venda da UPI Fazendas e UPI Terminais.

Pedido de recuperação judicial da controlada MMX Mineração e Metálicos S.A.- Em Recuperação Judicial e sua subsidiária MMX Corumbá Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial

Em 25 de novembro de 2016 a Companhia e sua sociedade Controlada MMX Corumbá Mineração S.A. ("MMX Corumbá") realizaram suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, nas quais os acionistas ratificaram a decisão de ajuizar Pedido de Recuperação Judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05, perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O Pedido foi deferido pelo Exmo Sr. Dr. Paulo Assed Estefan, que é o juiz titular da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2016.

O plano de recuperação judicial foi apresentado em 23 de março de 2017 e a Assembleia Geral de Credores para aprovação do Plano de Recuperação Judicial foi marcada para os dias 28 de novembro e 05 de dezembro de 2017, em primeira e segunda convocação, respectivamente. Porém, na véspera da sua instalação a mesma foi adiada pelo juízo da recuperação, sem data prevista para nova Assembleia.

A Continuidade da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo acumulado, individual e consolidado, de R$ 5.821.768, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R$666.404 mil e R$ 535.290 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R$ 501.529 mil e R$ 501.230 mil, respectivamente. Para reverter esta situação, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, conforme divulgado acima,

depende do sucesso da conclusão dos seus respectivos planos de recuperação judicial, além da necessidade do aporte de recursos de novos investidores para continuar os projetos que permanecerão no portfólio das subsidiárias.
O Plano de Restruturação iniciado em 2014 e que acabou culminando nos dois processos de recuperação judicial supracitados, vem sendo enfrentados pela cia com muito trabalho e dedicação de sua equipe. Constante redução de custos e busca por alternativas de receitas vem sendo uma tarefa diária de toda equipe. Esta reestruturação tem como objetivo último a preservação da atividade desenvolvida pela cia, ou seja, a mineração. Busca-se, portanto, redimensionar a cia para que esta possa prosseguir como unidade econômica e, por conseguinte, possa voltar a gerar mais empregos, impostos e tributos. Isto é, objetiva-se que, após a devida reorganização financeira e societária, a cia possa retornar como uma empresa sólida, ainda que de porte inferior ao seu projeto inicial. Para tanto, faz-se necessário que retenha determinados bens e ativos essenciais à viabilização de uma estrutura, ainda que mínima, para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Nesse contexto, a cia pretende manter os seguintes ativos a permitir a sua alavancagem: (i) Participação Societária na MMX Sudeste, notadamente o projeto greenfield de Bom Sucesso; (ii) Participação Indireta na Mineração Morro do Ipê S.A. (Serra Azul); e (iii) Direitos Minerários da MMX Corumbá Mineração.

Licenças

A política ambiental da Companhia e suas controladas tem como pré-requisito a obtenção de todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui, através de suas controladas diretas e indiretas, a seguinte licença:

| Empresa | | Nº | Tipo | Data de emissão | Vigência |
|---|---|---|---|---|---|
| MMX Corumbá | | LO 002/91 | Licença de operação | 05/10/2012 | 4 anos |

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### a) Declaração de conformidade com as normas internacionais e brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas brasileiras e internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em 27 de março de 2018, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação dessas demonstrações.

### b) Base de preparação e mensuração

Em conexão com o plano de venda do controle dos projetos de mineração da Companhia, os ativos relacionados à MMX Corumbá Mineração continuam classificados como "ativos não circulantes mantidos para venda", classificados no ativo circulante para fins de demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos nas empresas em que esses ativos estão registrados foram mantidos como ativo não circulante nas demonstrações contábeis da controladora. Apesar de estes ativos estarem disponíveis para venda por mais de doze meses, a Administração continua comprometida com o plano de venda dos ativos, tendo assinado a transação de arrendamento da MMX Corumbá Mineração S.A. contemplando documentos para aquisição futura desta empresa. Adicionalmente, para fins de apresentação da demonstração dos resultados, para prover uma apresentação que beneficie o entendimento a Companhia optou por não apresentar o resultado desses projetos em uma única linha na demonstração dos resultados, mas sim linha a linha.

### c) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é condição imprescindível e inerente à preparação das demonstrações financeiras A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, notadamente a venda dos projetos da Companhia e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação e classificação dos ativos não

circulantes mantidos para venda que, por força normativa, foram classificados como ativo circulante, não significando necessariamente que tais ativos serão efetivamente vendidos em até um ano nem tampouco que serão alienados pelos valores consignados nas demonstrações financeiras.

Além da estimativa extremamente relevante acima comentada, outras estimativas relevantes são a avaliação do valor recuperável de ativos e a avaliação de recuperação dos créditos fiscais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

d) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

e) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis das seguintes investidas (exceto as coligadas, que não são consolidadas):

| | Participação - % | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | | Capital votante | | Localização da sede | Atividade principal |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | | |
| Controladas diretas | | | | | | |
| MMX Corumbá Mineração S.A. ("MMX Corumbá") | 95,03% | 95,03% | 95,03% | 95,03% | Brasil | Minério de ferro |
| MMX Sudeste Mineração S.A.- Em recuperação judicial ("MMX Sudeste") | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | Brasil | Minério de ferro |
| MMX Corumbá Indústria e Comercio de Minérios Ltda. ("MMX Metálicos") | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | Brasil | Minério de ferro |
| Porto Sudeste Participações S.A. | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | Brasil | Operação portuária |
| Coligadas Indiretas | | | | | | |
| Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.("Terminal Sarzedo") | 22,22% | 22,22% | 22,22% | 22,22% | Brasil | Logística |
| Terminal de Cargas Paraopeba Ltda. ("TCP") | 22,22% | 22,22% | 22,22% | 22,22% | Brasil | Logística |
| Porto Sudeste do Brasil S.A ("Porto Sudeste") | 4,76% | 4,76% | 4,76% | 4,76% | Brasil | Operação portuária |
| Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. | 7,1% | 7,1% | 7,1% | 7,1% | Brasil | Empreendimentos |

As controladas diretas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. A Porto Sudeste do Brasil S.A. é empresa coligada da Porto Sudeste Participações S.A e o Terminal Sarzedo e o Terminal de Cargas Paraopeba são empresas coligadas da MMX Sudeste. As demonstrações financeiras dessas coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, portanto, não são consolidadas às demonstrações da Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

(a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
(b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
(c) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;
(d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
(e) Os saldos das transações intercompanhias são eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas são destacadas no balanço patrimonial; e
(f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

Conciliação do patrimônio líquido e prejuízo da controladora e do consolidado

| | Patrimônio líquido | | Lucro/(Prejuízo) do exercício | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Controladora | (501.529) | (473.429) | (28.100) | 412.903 |
| Participação de não controladores | 299 | (3) | 301 | (82) |
| Consolidado | (501.230) | (473.432) | (27.799) | 412.821 |

## 3. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, subsidiárias e coligadas são:

### 3.1. Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda

Os ativos classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda, e essa classificação ocorre apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros podem incluir instrumentos patrimoniais e títulos de dívida.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Quando o investimento é baixado ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Perdas por redução de valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Baixa dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## 3.3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## 3.4. Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e subsidiárias.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

## 3.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor realizável líquido, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

## 3.6. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos nas coligadas se mantêm refletido por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas e coligadas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas e coligada, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece esse montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de controle ou influência significativa sobre controladas e coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo.

## 3.7. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

Depreciação

O valor residual, a vida útil estimada e o método de depreciação destes ativos são revisados anualmente no encerramento do exercício e ajustados prospectivamente, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil-econômica desses bens, como segue:

| | Vida útil |
|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Edificações e benfeitorias | 25 anos |
| Instalações | 20 anos |
| Outros componentes | 5 anos |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram mudanças significativas nas vidas úteis dos ativos da Companhia.

3.8. Intangíveis

Direitos minerários

Avaliados pelo valor de custo de aquisição dos direitos minerários e sujeitos a testes de recuperação. A amortização é calculada pelo período de vida útil estimado das minas com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

Custo para retirada de ativos e reflorestamento

São representados pelos custos que o Grupo MMX terá para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

3.9. Redução ao valor recuperável - impairment

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os recebíveis são avaliados individualmente ou coletivamente quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas na demonstração do resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida em contrapartida ao resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio

alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## 3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## 3.11. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

## 3.12. Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

## 3.13. Obrigações ligadas à retirada de ativos e reflorestamento

Essa provisão tem como objetivo a formação de valores de longo prazo, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do ativo, e refere-se, basicamente, ao fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e desativação dos ativos vinculados à mina. O cálculo dessa provisão inicia-se com a avaliação das condições do ativo no momento da provisão. O passo seguinte consiste na formação dos montantes a serem descontados a valor presente pela taxa de juros antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes e dos riscos específicos associados ao ativo a ser desativado. Por fim, o montante a valor presente é registrado contabilmente. A revisão dos cálculos dessa provisão acontece ao final de cada exercício, se um novo ativo existir, ou se a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida no item do ativo correspondente. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente, e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício.

## 3.14. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - de 7% a 19% (grande parte das vendas de minério de ferro no mercado interno está amparada pelo diferimento do ICMS nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul).

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## 3.15. Provisões (incluindo provisão para litígios e demandas judiciais)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias e ambientais quando a probabilidade de perda destas é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

## 3.16. Reconhecimento de receita

### Receita de venda de minério

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado interno ocorre no momento do carregamento do minério para os clientes, considerando um percentual de perda no processo, e para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## 3.17. Resultado por ação

O lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

## 3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos, estimativas e premissas significativas são: valor justo de instrumentos financeiros, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, ativos não circulantes mantidos para venda, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para litígios e demandas judiciais.

## 3.19. Informações por segmento de negócios

Segmentos operacionais são reportados de forma consistente com a estrutura organizacional e com relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (Chief Operating Decision-Maker - CODM, identificado como o Diretor-Presidente da Companhia), responsável por alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia. Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos serviços, nos segmentos operacionais (i) Sistema Sudeste, (ii) Sistema Corumbá e (iii) corporativo.

## 3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades por Ações de Capital Aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

## 3.21. Modificações e atualização de práticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e planeja, se aplicável, adotar estas normas no curso normal de adoção e espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial.

A seguir, normas avaliadas pela Administração da Companhia:

- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

  As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

  As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

  As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

  As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

  A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada.

A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

  A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

  A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

  A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

  A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

  A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Caixa e bancos | 12 | 11 | 3.650 | 13.503 |
| | 12 | 11 | 3.650 | 13.503 |
| Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda | - | - | (3.589) | (9.932) |
| | 12 | 11 | 61 | 3.571 |

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez imediata e a curto prazo e remuneradas a uma média de 100,75% do CDI.

## 5. Estoques

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Minério de Ferro | 11.151 | 11.597 |
| Brita | - | - |
| Almoxarifado | 6.363 | 6.363 |
| Provisão para perdas e obsolescência | (11.729) | (11.729) |
| | 5.785 | 6.231 |
| Transferência para ativos mantidos para venda | (5.754) | (6.200) |
| | 31 | 31 |
| Circulante | 31 | 31 |
| Não circulante | - | - |

## 6. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização e assim se apresentam:

| | Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | - | - | 14.489 | 14.489 |
| Imposto de renda e contribuição social | 29.174 | 27.786 | 42.341 | 49.703 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 2.640 | 1.872 | 10.190 | 7.151 |
| PIS e COFINS | - | - | 77.867 | 71.966 |
| Outros | - | - | 549 | - |
| | 31.814 | 29.658 | 145.436 | 143.309 |
| Redução ao valor recuperável | - | - | (35.003) | (35.003) |
| Provisão para perdas de realização | (4.616) | (4.497) | (59.454) | (48.776) |
| Transferência de ativos para mantidos pra venda(Nota9) | - | - | (8.597) | (11.909) |
| | 27.198 | 25.161 | 42.382 | 47.621 |
| Circulante | 2.799 | 2.988 | 8.589 | 16.631 |
| Não Circulante | 24.399 | 22.173 | 33.793 | 30.990 |
| | 27.198 | 25.161 | 42.382 | 47.621 |

A realização dos créditos tributários de curto prazo se dará principalmente com a compensação dos impostos retidos de folha de pagamento, impostos incidentes sobre a prestação de serviços e Impostos sobre Operações Financeiras (IOF). O ativo não circulante é composto, principalmente, por créditos de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte. A Companhia está engajada em trabalhar na realização dos créditos de longo prazo, e tem a política de provisionar para perda todos aqueles que julga não ser possível a realização.

## 7. Ativos mantidos para venda

Entre os anos de 2013 e 2014 a Companhia destinou para venda seus projetos de mineração e a participação não controladora no Porto Sudeste S.A. Com a conclusão da venda dos ativos minerários da controlada MMX Sudeste Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial, conforme detalhado na nota 1, esta foi retirada da classificação Ativos não circulantes mantidos para venda.

Não há contrato de caráter irrevogável e irretratável que garanta que a venda dos projetos de mineração e participação não controladora no Porto Sudeste S.A. serão efetivadas nas datas e pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Esses ativos estão mantidos pelo valor de custo decrescido do impairment já reconhecido.

A seguir são apresentadas as principais rubricas e os montantes mantidos para venda (Consolidado):

| | Movimentação do exercício | | | Por sistema | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldode31/12/2016 | Movimentação | 30/09/2017 | Sistema Sudeste | Sistema Corumbá | Investimentos mantidos para venda | Eliminações | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | |
| **Circulante** | **28.630** | **(10.933)** | **17.697** | **-** | **17.697** | **-** | **-** | **17.697** |
| Caixa | 9.932 | (6.343)) | 3.589 | - | 3.589 | - | - | 3.589 |
| Contas a receber | - | 161 | 161 | - | 161 | - | - | 161 |
| Impostos a recuperar | 11.213 | (3.703) | 7.510 | - | 7.510 | - | - | 7.510 |
| Estoques | 6.200 | (446) | 5.754 | - | 5.754 | - | - | 5.754 |
| Outros | 1.285 | (602)) | 683 | - | 683 | - | | 683 |
| **Não Circulante** | **756** | **385** | **1.141** | **-** | **33.601** | **-** | **(32.460)** | **1.141** |
| Impostos a recuperar | 696 | 391 | 1.087 | - | 1.087 | - | - | 1.087 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | 32.460 | - | (32.460) | - |
| Outros | 60 | 6 | 54 | - | 54 | - | - | 54 |
| **Imobilizado** | **48.866** | **6.981** | **55.847** | **47.101** | **8.746** | **-** | - | **55.847** |
| **Ativos mantidos para venda** | **78.252** | **3.567** | **74.685** | **47.101** | **60.044** | **-** | **(32.460)** | **74.685** |

| | Movimentação do exercício | | | Por sistema | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo de 31/12/2016 | Movimentação | 31/12/2017 | Sistema Sudeste | Sistema Corumbá | Investimentos mantidos para venda | Eliminações | Total |
| **Passivo** | | | | | | | | |
| **Circulante** | **3.963** | **36** | **3.999** | **-** | **4.353** | **-** | **(354)** | **3.999** |
| Fornecedores | 1.361 | (136) | 1.225 | - | 1.225 | - | - | 1.225 |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.300 | (244) | 2.056 | - | 2.056 | - | - | 2.056 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | 354 | - | (354) | - |
| Outros | 302 | 416 | 718 | - | 718 | - | - | 718 |
| **Não circulante** | **46.547** | **1.686** | **48.233** | **-** | **48.233** | **-** | **-** | **48.233** |
| Impostos e contribuições a recolher | 15.729 | (379) | 15.350 | - | 15.350 | - | - | 15.350 |
| Obrigações ligadas a retiradas de ativos e reflorestamento | 27.945 | 2.686 | 30.631 | - | 30.631 | - | - | 30.631 |
| Provisão para contingências | 2.873 | (621) | 2.252 | - | 2.252 | - | - | 2.252 |
| **Passivos relacionados a ativos líquidos mantidos para venda** | **50.510** | **1.722** | **52.232** | **-** | **52.586** | **-** | **(354)** | **52.232** |
| **Ativos líquidos mantidos para venda** | **27.742** | **(5.289)** | **22.453** | **47.101** | **7.458** | **-** | **(32.106)** | **22.453** |

O resultado do exercício aos ativos e passivos mantidos para venda é apresentado a seguir:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 5.763 | (91.019) |
| Provisão para patrimônio líquido negativo | - | (677.583) |
| Lucro (Prejuízo) do período dos investimentos mantidos para venda | 5.763 | (768.602) |

A reversão da provisão para investida com patrimônio líquido negativo refere-se à participação na controlada MMX Corumbá Mineração S.A. – Em recuperação judicial.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receita líquida operacional | (19) | - |
| Despesas com vendas | - | 4 |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 19) | (2.315) | (3.262) |
| Outras despesas operacionais | 8.616 | 1.781 |
| Receitas financeiras (Nota 19) | 3.824 | 4.840 |
| Despesas financeiras (Nota 19) | (3.689) | (4.201) |
| Impostos | (351) | (814) |
| Lucro (Prejuízo) do período dos investimentos mantidos para venda | 6.066 | (1.652) |

Os resultados estão detalhados na Nota 19.

Lucro (prejuízo) por ação no exercício referente aos ativos mantidos para venda:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Básico e diluído (em R$) | 0,93496 | (10,18464) |
| | 0,93496 | (10,18464) |

Os fluxos de caixa líquidos incorridos são:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Fluxo de caixa dos ativos mantidos para venda | | |
| Caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais | (6.343) | (3.399) |
| Caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de investimentos | - | - |
| Caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos | - | - |
| Caixa líquido gerado pelos ativos mantidos para venda | | |
| Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | - | 1.249 |
| Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa | (6.343) | (2.150) |
| Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do período | 9.932 | 12.082 |
| No fim do período | 3.589 | 9.932 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | (6.343) | (2.150) |

## 8. Investimentos

### Movimentação dos investimentos

| | 31/12/2016 | Equivalência patrimonial | | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|---|
| Controladas | | | | |
| MMX Metálicos | | 15 | (15) | - |
| MMX Corumbá | | 1.397 | 5.763 | 7.160 |
| MMX Sudeste | | - | - | - |
| Porto Sudeste Participações | | - | - | - |
| MMX Austria | | 102 | (102) | - |
| Gaboard | | - | - | - |
| Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A | | 4.993 | - | 4.993 |
| Royalties a receber Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A | | 4.798 | - | 4.798 |
| | 11.305 | | 5.646 | 16.951 |

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos dos investimentos na controlada Corumbá permaneceram classificados como mantidos para venda.

Conforme explicado na nota 1, a Companhia era credora quirografária da MMX Sudeste, e, com a venda da UPI Operação Minerária, passou a deter cerca de 7,1% da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A.

### Movimentação do passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2017, a MMX Sudeste Mineração S.A. em Recuperação Judicial e a MMX Metálicos apresentaram patrimônio líquido negativo.

| | Passivo a descoberto | | |
|---|---|---|---|
| | 31/12/2016 | Movimentação | 31/12/2017 |
| Controladas | | | |
| MMX Metálicos | (59.269) | (7.120) | (66.389) |
| MMX Sudeste | (67.583) | (5.411) | (72.994) |
| | (126.852) | (12.531) | (139.383) |

### Participações societárias

### Informações sobre as controladas

| | Participação | Quantidade ações/quotas(mil) | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | Receita líquida | Resultado do período |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Controladas diretas | | | | | | | |
| MMX Corumbá | 95,03% | 710.841 | 60.043 | 52.586 | 7.457 | 454 | 6.066 |
| MMX Minérios | 100,00% | 482.155 | 34.860 | 101.249 | (66.389) | - | (7.120) |
| MMX Sudeste | 99,99% | 2.535.412.958 | 175.023 | 248.017 | (72.994) | - | (5.411) |
| Porto Sudeste Participações | 99,99% | 999 | 1 | - | 1 | - | - |

## 9. Imobilizado

| | Controladora | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Edifícios e benfeitorias | Instalações | Máquinas e equipamentos | Outros | Total |
| Custo | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2016 | 2.597 | 3 | 497 | 1.420 | 4.517 |
| Baixa | (1.935) | (3) | - | (281) | (2.219) |
| Depreciação no exercício | (38) | - | (1) | (664) | (703) |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016 | 624 | - | 496 | 475 | 1.595 |
| Depreciação no exercício | - | - | - | (437) | (437) |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017 | 624 | - | 496 | 38 | 1.158 |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Edifícios e benfeitorias | Instalações | Máquinas e equipamentos | Terrenos | Adiantamentos a fornecedores | Obras em andamento | Outros | Total |
| Custo | | | | | | | | |
| Saldoem1ºdejaneirode2016 | 2.598 | 3 | 497 | - | - | - | 1.419 | 4.517 |
| Baixas | (1.936) | (3) | - | (142.967) | (81) | (9.732) | (286) | (155.005) |
| Variação Cambial | - | - | - | - | (1.845) | - | - | (1.845) |
| Transferências | - | - | - | - | 578 | (578) | - | - |
| Depreciação no exercício | (38) | - | (1) | - | - | - | (664) | (703) |
| Baixa ativo UPI Minerária | (3.022) | (64.536) | (45.160) | (18.372) | - | (156.259) | (14.676) | (302.025) |
| Redução ao valor recuperável UPI minerária | 3.022 | 64.536 | 45.160 | 18.372 | - | 156.259 | 14.676 | 302.025 |
| Redução ao valor recuperável | - | - | - | 142.967 | 1.348 | 10.310 | 6 | 154.631 |
| Saldolíquidoem31dedezembrode2016 | 624 | - | 496 | - | - | - | 475 | 1.595 |
| Baixas | - | - | - | - | (666) | - | (6.692) | (7.358) |
| Depreciação no exercício | - | - | - | - | - | - | (436) | (436) |
| Redução ao valor recuperável | - | - | - | - | 666 | - | 6.691 | 7.357 |
| Saldolíquidoem30desetembrode2017 | 624 | - | 496 | - | - | - | 38 | 1.158 |

As considerações sobre a redução dos ativos para o seu valor recuperável estão divulgadas na Nota 10.

## 10. Teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos

Composição da redução ao valor recuperável:

| | 31/12/2016 | 31/12/2017 | Total |
|---|---|---|---|
| Imobilizado - Projeto Serra Azul | (796.304) | - | (796.304) |
| Impostos a recuperar - Projeto Serra Azul | (35.003) | - | (35.003) |
| Imobilizado – Operação Serra Azul | 19.526 | 665 | 20.191 |
| Imobilizado – Corumbá (i) | 1.867 | 6.692 | 8.559 |
| Ágio na aquisição de controladas | 508.353 | - | 508.353 |
| Direitos Minerários | 892 | - | 892 |
| Direito retirada estoques | (1.372) | - | (1.372) |
| Custo para retirada de ativos e reflorestamento | 7.179 | - | 7.179 |
| | (294.862) | 7.357 | (287.505) |

(i) Devido à proposta de venda dos ativos da MMX Corumbá Mineração S.A – Em Recuperação Judicial, o ativo desta foi ajustado para R$ 14.500 mil (valor que efetivamente será recuperado), sendo R$ 8.746mil vinculado ao ativo imobilizado e R$ 5.754 mil referente ao valor recuperável de estoques.

## 11. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas firmaram em 26 de março de 2007 um contrato Master de Mútuos Intercompany, entre si e com pessoas ligadas, cujas operações são documentadas na forma de notas de negociação que determinam entre as partes envolvidas, o valor, a taxa de juros e o índice de correção, equivalente a 101% do CDI, bem como o prazo de pagamento, que varia entre 180 e 360 dias.

### a) Saldos com partes relacionadas

| | Controladora | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | | | | | Passivo | | | |
| | Outras Contas a receber | | Notas de débito(i) | | Mútuos (ii) | | Notas de débito(i) | | Mútuos (ii) | |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 30/12/2017 | 31/12/2016 |
| MMX Sudeste | - | - | 27.021 | 26.348 | 35.113 | 32.575 | - | - | 5.303 | 4.906 |
| MMX Corumbá | - | - | - | 5 | - | - | - | - | 26.474 | 17.626 |
| MMX Minérios | - | - | - | - | - | - | 502 | 502 | 31.041 | 28.357 |
| GVA | 60.263 | 60.266 | - | | - | - | - | | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | 14.226 | 13.060 |
| | 60.263 | 60.266 | 27.021 | 26.353 | 35.113 | 32.575 | 502 | 502 | 77.044 | 63.949 |

(i) Os saldos de rateio de despesas compartilhadas são relativos a serviços compartilhados cobrados através de rateio de despesas da controladora MMX para suas controladas;

(ii) Em 25 de setembro de 2015, os antigos acionistas da GVA Mineração Ltda. renunciaram ao direito de crédito junto a MMX Sudeste Mineração S.A - em Recuperação Judicial, tendo a holding MMX Mineração S.A. assumido a responsabilidade pelo pagamento da dívida original. Assim, a MMX S.A registrou esse valor a receber da MMX Sudeste Mineração S.A. no ativo, uma vez que a MMX Mineração S.A. tem direito de regresso por conta da assunção dessa dívida.

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Resultado | | | |
| | Notas de débito (i) | Mútuos | Notas de débito (i) | Mútuos |
| | 31/12/2016 | | 31/12/2016 | |
| MMX Sudeste | 437 | (2.899) | 5.103 | 6.600 |
| Eike Batista | - | 1.372 | - | 1.729 |
| MMX Corumbá | 25 | 2.091 | 271 | 1.832 |
| MMX Metálicos Corumbá | 22 | 3.011 | 84 | 3.762 |
| | 484 | 3.575 | 5.458 | 13.923 |

(i) Os saldos de rateio de despesas compartilhadas são relativos a serviços compartilhados cobrados através de rateio de despesas da controladora MMX para suas controladas.

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | | | Passivo | | | |
| | Clientes | | Outras contas a receber | | Notas de débito | | Mútuos | |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Eike Fuhrken Batista | - | - | - | - | - | - | 14.226 | 13.059 |
| | - | - | - | - | - | - | 14.226 | 13.059 |

b) Administradores

Os montantes referentes à remuneração da Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Remuneração da diretoria (*) | 3.234 | 7.671 |
| Honorários do Conselho de Administração | 363 | 415 |
| Opção de ações outorgadas reconhecidas do plano da Companhia | - | - |
| | 3.597 | 8.086 |

## 12. Empréstimos e financiamentos

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Passivos circulantes | | Passivos não circulantes | |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Contratados em moeda estrangeira | | | | |
| Dólares norte-americanos | | | | |
| Títulos em juros fixos | 101.334 | 99.610 | - | - |
| Encargos incorridos (5,99%a.a.) | 35.154 | 28.500 | - | - |
| | 136.488 | 128.110 | - | - |
| Contratados em moeda local | | | | |
| Títulos em Juros Fixos Indexados por CDI ou TJLP | 3.750 | 3.750 | - | - |
| Encargos incorridos (3,04%a.a.) | 1.361 | 1.215 | - | - |
| | 5.111 | 4.965 | - | - |
| | 141.599 | 133.075 | - | - |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Passivos circulantes | | Passivos não circulantes | |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Contratados em moeda estrangeira | | | | |
| Dólares norte-americanos | | | | |
| Títulos em juros fixos | 101.334 | 99.610 | - | - |
| Indexados por Libor | - | - | - | - |
| Encargos incorridos (5,99%a.a.) | 35.154 | 28.500 | - | - |
| | 136.488 | 128.110 | - | - |
| Contratados em moeda local | | | | |
| Títulos em juros fixos | - | - | - | - |
| Indexados por CDI ou TJLP | 4.207 | 4.207 | - | - |
| Encargos incorridos (3,04%a.a.) | 1.361 | 1.215 | - | - |
| | 5.568 | 5.422 | - | - |
| | 142.056 | 133.532 | - | - |
| Transferência de passivos relacionados a ativos mantidos para venda (Nota 7) | - | - | - | - |
| | 142.056 | 133.532 | - | - |

## 13. Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Imposto sobre operações financeiras - IOF | 389 | 681 | 1.719 | 1.880 |
| PIS, COFINS e CSLL retidos | - | 32 | 84 | 719 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 3 | 7 | 21 | 9 |
| INSS terceiros | - | - | - | - |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS/ICMS DIFAL | - | - | - | - |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 4.369 | 2.010 | 10.644 | 6.992 |
| Contribuição financeira pela exploração de recursos minerários – CFEM | - | - | - | - |
| Contribuição social – CSLL | - | 520 | 100 | 742 |
| Imposto de renda – IRPJ | - | 1.439 | 252 | 2.031 |
| REFIS | | | 13.651 | 14.051 |
| Outros | 23 | 63 | 9.752 | 3.192 |
| | 4.784 | 4.742 | 36.223 | 29.616 |
| Transferência de passivos relacionados a ativos mantidos pra venda (Nota 9) | - | - | (17.406) | (18.029) |
| | 4.784 | 4.742 | 18.817 | 11.587 |
| Circulante | 4.784 | 4.752 | 18.817 | 11.505 |
| Não Circulante | - | - | - | 82 |
| | 4.784 | 4.752 | 18.817 | 11.587 |

## 14. Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e ambiental e em processos administrativos decorrentes do curso normal das operações. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas com base na avaliação dos assessores legais.

### a) Contingências prováveis

A Companhia e suas controladas constituíram provisão para aquelas contingências que apresentam perdas avaliadas como prováveis.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Tributárias | | - | 35 | 35 |
| Cíveis | 230 | 231 | 288 | 3.019 |
| Trabalhistas | 171 | 141 | 15.848 | 19.703 |
| Ambientais | - | - | 2.358 | 2.358 |
| | 401 | 372 | 18.529 | 25.115 |
| Transferência para passivos relacionados a ativos mantidos para venda | - | - | (2.252) | (2.873) |
| | 401 | 372 | 16.277 | 22.242 |

As causas tributárias são referentes, principalmente, a autos de infração lavrados no âmbito fiscal sobre o recolhimento de ICMS, IRPJ, PIS, CSLL e COFINS.

As contingências trabalhistas referem-se principalmente às horas "in itinere", horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade, indenização por danos materiais e morais, acidente de trabalho, equiparação salarial e verbas rescisórias, além de condenações subsidiárias em obrigações trabalhistas referentes a empregados de empresas contratadas.

As contingências de natureza ambiental são relacionadas, principalmente, a processos abertos pelo IBAMA e órgãos ambientais estaduais no âmbito administrativo.

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi a seguinte:

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2016** | **Adições** | **Baixas** | **31/12/2017** |
| MMX | 371 | 30 | - | 401 |
| MMX Metálicos Corumbá | 1.285 | 50 | - | 1.335 |
| MMX Corumbá | 2.873 | - | (621) | 2.252 |
| MMX Sudeste | 20.586 | 541 | (6.586) | 14.541 |
| | **25.115** | **621** | **(7.207)** | **18.529** |
| Transferência para passivo mantido para venda | (2.873) | - | - | (2.252) |
| | **22.242** | **621** | **(7.207)** | **16.277** |

b) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas são também objeto de ações trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Cíveis | 27.315 | 27.315 | 262.408 | 521.055 |
| Tributárias | 2.370.092 | 2.342.834 | 2.394.823 | 2.358.483 |
| Trabalhistas | 483 | 514 | 15.700 | 13.867 |
| Ambientais | - | - | 480.852 | 466.449 |
| | 2.397.890 | 2.370.663 | 3.153.783 | 3.359.854 |

As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas à pesquisa mineral no interior do Estado da Bahia durante a administração da empresa IRX Mineração Ltda., a título de danos materiais, ação de ressarcimento relativa a contrato de prestação de serviços firmado com MMX Sudeste e indenizações contratuais devido ao cancelamento do Projeto Serra Azul.

As causas tributárias referem-se, principalmente, aos autos de infração da Receita Federal do Brasil, referentes à Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, supostamente devidos no ano base de 2007, no valor histórico de R$ 3.758.038, sendo considerado possível em 31 de dezembro de 2017 o valor de R$ 2.308.366.

As contingências trabalhistas referem-se principalmente às horas "in itinere", adicional de periculosidade e insalubridade, indenização por danos materiais e morais, acidente de trabalho, equiparação salarial e verbas rescisórias.

A maior contingência ambiental refere-se à Ação Civil Pública referente à cancelamento de licenças ambientais devido a danos na área do empreendimento, cujo valor da causa é de R$ 459.792 milhões.

c) Auto de Infração IRPJ e CSLL

A Companhia é parte de ações na esfera administrativa e judicial, cuja probabilidade avaliada por seus assessores é remota, não cabendo provisão ou divulgação em suas demonstrações financeiras. Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu autos de infração da Receita Federal do Brasil, referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, supostamente devidos no ano base de 2007, no valor total aproximado a R$4.345.515.

A decisão de primeira instância administrativa reduziu a autuação para cerca de R$1.700.000, sendo que tanto a MMX quanto a Receita Federal já interpuseram recursos. Baseada na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, a Administração estima a probabilidade de perda como possível.

A decisão de segunda instância administrativa manteve a decisão de primeira instância, tornando-a definitiva, mantendo a discussão administrativamente no valor de R$2.308.366, classificada como possível.

## 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Considerando a existência de histórico de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, bem como baseado nas projeções de eventuais resultados tributáveis futuros, a Administração da Companhia, ciente de um cenário de incertezas relacionadas à recuperação dos créditos fiscais de imposto de renda e da contribuição social, optou por não reconhecer o ativo de imposto de renda diferido. Em 31 de dezembro de 2017, os créditos tributários não reconhecidos pela Companhia totalizavam R$1.198.358.

Os valores passíveis de compensação ou redução da base tributável de imposto de renda e da contribuição social são os seguintes:

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos não reconhecidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Prejuízos fiscais | 81.179 | 76.092 | 668.540 | 661.062 |
| Base negativa de contribuição social | 29.224 | 27.393 | 240.674 | 237.982 |
| Ajuste Lei nº 11.638/07 – Ajuste a valor presente (AVP) | (3) | (3) | (207.346) | (207.346) |
| Variação cambial | (1.229) | (3.503) | (1.229) | (3.503) |
| Redução ao valor recuperável de ativos | - | - | 531.625 | 534.225 |
| Provisão para contingências | 136 | 126 | 8.087 | 10.324 |
| Provisão para liquidação de hedge | - | - | - | - |
| Provisão para passivo a descoberto | (341.694) | (119.491) | (341.694) | (119.491) |
| Provisão para não realização de impostos | 1.569 | - | 14.688 | 11.260 |
| Provisão para perda de estoque | - | - | 3.545 | 3.545 |
| Provisão para fornecedores | - | - | 77.652 | 77.927 |
| Perda na Integralização de participação societária | 60.227 | 60.227 | 60.227 | 60.227 |
| Outros ajustes | 129.950 | 146.092 | 143.588 | 158.817 |
| | (40.640) | 186.933 | 1.198.358 | 1.425.029 |

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos decorrem dos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias que a Companhia e suas controladas não esperam realizar integralmente.

## 16. Títulos de remuneração variável

Em abril de 2015, foi realizada a permuta de títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A. por quotas classe b de emissão do Porto Sudeste Royalties Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 20.082.573/0001-19 ("FIP-IE") de titularidade da MMX.

Conduzida via oferta secundária, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, onde a MMX ofertou até 354.585.423 (trezentas e sete milhões, novecentas e dezoito mil, setecentas e cinquenta e seis) quotas classe b de emissão do FIP-IE, as quais deveriam ser necessariamente permutadas por Títulos MMXM11. Foi registrada a permuta dessa quantidade de quotas B, pela mesma quantidade de Títulos MMXM11 detidos pelo Banco Itaú BBA S.A. - Nassau Branch e Banco Bradesco S.A. Assim, os saldos que ficaram remanescentes de 9.519.226 (nove milhões, quinhentos e dezenove mil e duzentos e vinte e seis) Títulos MMXM11 foram registrados no balanço em 31 de dezembro de 2017 por R$22.012 mil, representando 0,97% do total dos títulos M11, alocados no ativo não circulante da Companhia, com os respectivos títulos Port11 como espelho registrados no passivo não circulante.

## 17. Obrigações ligadas à retirada de ativos e reflorestamento

A Companhia e suas controladas têm obrigações ligadas à retirada de ativos e de reflorestamento originados de exigências regulatórias quando do término dos respectivos direitos de exploração. Tais gastos são capitalizados e depreciados sobre a vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

Os valores estimados para a situação de descontinuidade atual, de acordo com a previsão de vida útil restante dos empreendimentos, foram revisados considerando a expectativa de inflação de longo prazo (6,0% a.a.), ajustados por prêmio de risco de mercado (5,0% a.a.) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada de 9,61% a.a.

As variações nas obrigações ligadas a retirada de ativos estão demonstradas a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Passivo incorrido | 27.945 | 68.288 |
| Revisão de Estimativa | - | - |
| Aumento de despesa | 2.686 | 5.338 |
| Baixa UPI Mina | - | (45.681) |
| Transferência de passivos relacionados ativos mantidos para venda | (30.631) | (27.945) |
| Saldo ao final do exercício | - | - |

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Conforme detalhado na nota 1, em 29 de abril de 2016 a Companhia aprovou o grupamento das ações representativas do capital social, à razão de 25 ações para 1 ação

| | Ações ordinárias | |
|---|---|---|
| | Qde. (mil) | R$ |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 6.488 | 5.404.850 |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 6.488 | 5.404.850 |

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 assim se apresenta:

| Acionistas | Qde.(mil) | R$ | % |
|---|---|---|---|
| Centennial Asset Mining Fund LLC | 1.365 | 1.137.263 | 21,04% |
| Eike Fuhrken Batista(*) | 1.229 | 1.023.956 | 18,95% |
| Centennial Asset Mining Fund LLC – Itaú Unibanco | 434 | 362.201 | 6,70% |
| Mercatto Botafogo Multimercado FI | 179 | 149.414 | 2,76% |
| Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC - Pactual | 101 | 84.245 | 1,56% |
| Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC | 897 | 74.776 | 1,38% |
| Outros | 3.088 | 2.572.990 | 47,61% |
| Total | 6.488 | 5.404.850 | 100,00% |

### b) Custo na emissão de ações

Representado pelos custos de transação das operações de subscrição de novas ações da Companhia pela Wisco Brasil Investimentos em Metalurgia Ltda. e pela SK Networks Co. Ltd. no montante de R$48.329 (R$48.329 em 31 de dezembro de 2015).

### c) Reserva de capital

A reserva de capital de R$58.688 é representada pelo: (i) registro contábil do plano de opção de compra de ações no montante de R$56.869 e (ii) ágio na emissão de ações da Companhia, no valor de R$1.819, aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de maio de 2010.

### d) Lucros (prejuízos) básicos e diluídos por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir, quando aplicável a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas | (28.100) | 412.903 |
| Número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias | 6.488 | 6.488 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação | (4,33107) | 63,64103 |

## 19. Despesas por natureza, resultado financeiro e outras receitas/(despesas) operacionais

### Despesas administrativas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2016 | 31/12/2016 |
| Salários e encargos | (4.007) | (10.695) | (8.357) | (14.793) |
| Serviços de terceiros | (3.357) | 1.680 | (10.523) | (11.162) |
| Aluguéis e arrendamentos | (73) | (55) | (180) | (230) |
| Depreciação e amortização | (437) | (703) | (436) | (703) |
| Impostos e taxas | 165 | (104) | (4.616) | (4.363) |
| Provisão para não realização de créditos tributários | (119) | (4.497) | (10.678) | (26.335) |
| Multas e penalidades | | (4) | (22) | (169) |
| Provisão para litígios e demandas judiciais | (30) | 1 | 6.586 | (4.108) |
| Despesas diversas | (804) | (2.134) | (290) | (2.961) |
| | (8.662) | (16.511) | (28.516) | (64.824) |

### Outras receitas (despesas) operacionais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Redução ao valor recuperável | - | - | 6.944 | 1.078.348 |
| Redução ao valor recuperável Ativo Mantido para Venda (i) | - | - | - | (92.202) |
| Outros | 296 | (168.550) | 6.729 | (501.981) |
| | 296 | (168.550) | 13.673 | 484.165 |

(i) Em 30 de setembro de 2017 a Companhia ajustou o ativo imobilizado da Controlada MMX Corumbá Mineração S.A – Em Recuperação Judicial de forma a valoriza-lo em R$ 14.500 mil, conforme proposta de venda dos ativos recebida.

### Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros | (8.297) | (10.911) | (33.140) | (79.432) |
| Juros sobre mútuo | (6.989) | (7.978) | - | - |
| Ajuste a valor presente | - | - | - | - |
| IOF | (173) | (94) | (224) | (371) |
| Corretagens e comissões | (1) | (1) | (1) | (81) |
| Perdas com operação de hedge | - | - | - | - |
| Variação cambial | (4.057) | - | (3.908) | - |
| Outros | (674) | (598) | (692) | (619) |
| | (20.191) | (19.582) | (37.965) | (80.503) |
| Receitas financeiras | | | | |
| Variação cambial | - | 29.487 | - | 21.731 |
| Juros | 1.954 | 2.214 | 21.854 | 59.123 |
| Juros sobre mútuo | 3.414 | 7.250 | - | - |
| Rendimento de aplicações financeiras | - | 5 | 1.015 | 1.361 |
| Ganho em operações de hedge | - | - | - | 0 |
| Outros | - | 60 | 655 | 2.058 |
| | 5.368 | 39.016 | 23.524 | 84.273 |
| Resultado financeiro líquido | (14.823) | 19.434 | (14.441) | 3.770 |

## 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2017 | | | 31/12/2016 | | |
| Ativos financeiros | Recebíveis | Ativos ao valor justo através do resultado | Total | Recebíveis | Ativos ao valor justo através do resultado | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 12 | 12 | - | 11 | 11 |
| | - | 12 | 12 | - | 11 | 11 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2016 | | | 31/12/2016 | | |
| Ativos financeiros | Recebíveis | Ativos ao valor justo através do resultado | Total | Recebíveis | Ativos ao valor justo através do resultado | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 3.650 | 3.650 | - | 13.503 | 13.503 |
| | - | 3.650 | 3.650 | - | 13.503 | 13.503 |

Os principais passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros derivativos, são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Passivos financeiros | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Empréstimos e financiamentos | 141.599 | 133.075 | 142.056 | 133.075 |
| Contas a pagar | 243.613 | 240.858 | 359.587 | 346.067 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 77.546 | 64.451 | 14.226 | 13.059 |
| Acordo GVA | 67.566 | 66.242 | 67.566 | 66.242 |
| Royalties MMX11 | 22.013 | 21.687 | 22.013 | 21.687 |
| | 552.337 | 526.313 | 605.448 | 580.130 |

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, e dívidas bullet e de curto prazo.

### 20.1. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

### 20.2. Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio, às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

### 20.3. Risco de taxa de juros

O saldo remanescente do endividamento da Companhia está 100% atrelado a juros fixos, eliminado o risco da flutuação na taxa de juros.

### 20.4. Risco de liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a MMX Mineração S.A, MMX Sudeste Mineração S.A., e MMX Corumbá Mineração S.A ajuizaram pedido de recuperação judicial. Dessa forma, os pagamentos das obrigações da Companhia estão sendo tratados no âmbito da recuperação judicial.

### 20.5. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a MMX adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos desconsiderando a reclassificação para o ativo não circulante disponível para venda:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| Posições representativas do risco de crédito | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.650 | 13.503 |
| | 3.650 | 13.503 |

## 21. Informações por segmento de negócios

### 21.1. Descrição dos segmentos

A Companhia é dividida em unidades de negócios com base em produtos e serviços, com dois segmentos sujeitos a divulgações de informações. A Administração da Companhia considera esses dois segmentos separados por região, porém com um único produto que é o minério de ferro (sistemas Corumbá e Sudeste), o qual está sujeito a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais dos segmentos, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos do sistema Corumbá permaneceram destinados à venda, assim como a participação não controladora no Porto Sudeste S.A., mais detalhes vide Nota 7.

Projetos e atividades

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, através de suas controladas diretas ou indiretas, desenvolve os projetos e atividades resumidos abaixo:

a) Sistema Sudeste

O Sistema Sudeste manteve em seu portfólio o ativo mineral denominado Bom Sucesso, projeto Green Field. Além disto, possui participação em suas coligadas Terminal Sarzedo Ltda. e TCP.

b) Sistema Corumbá

O Sistema Corumbá é composto por complexo de extração de minério de ferro da MMX Corumbá. A MMX Corumbá é detentora de direitos minerários e arrendatária de direitos de lavra no Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Conforme descrito nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013, foi identificada a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos mantidos no sistema MMX Corumbá no montante de

R$133.748 relativo a obras em andamento, ágio, direitos minerários e custos para recomposição de ativos.

## 21.2. Balanços por segmento

| 31/12/2017 | Sistema Sudeste | Sistema Corumbá | Corporativo | Ajustes e eliminações | Eliminações mantidos para venda | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 57.414 | 17.697 | 3.470 | - | 9.887 | 88.468 |
| Não Circulante | 117.608 | 33.601 | 203.852 | (284.635) | (1.141) | 69.285 |
| Investimentos | - | - | 16.977 | (7.162) | - | 9.815 |
| Imobilizado | - | 8.746 | 1.158 | - | (8.746) | 1.158 |
| Intangível | - | - | - | - | - | - |
| | 175.022 | 60.044 | 225.457 | (291.797) | - | 168.726 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | 225.569 | 4.353 | 769.622 | (424.019) | 48.232 | 623.759 |
| Não circulante | 22.447 | 48.233 | 23.752 | - | (48.232) | 46.199 |
| Patrimônio líquido | (72.994) | 7.458 | (567.917) | 132.222 | - | (501.232) |
| | 175.022 | 60.044 | 225.457 | (291.797) | - | 168.726 |

| 31/12/2016 | Sistema Sudeste | Sistema Corumbá | Corporativo | Ajustes e eliminações | Eliminações mantidos para venda | Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 72.510 | 28.630 | 5.365 | - | 2.521 | 109.026 |
| Não Circulante | 109.011 | 21.887 | 196.580 | (260.974) | (756) | 65.748 |
| Investimentos | - | - | 11.331 | (1.514) | - | 9.817 |
| Imobilizado | - | 1.765 | 1.595 | - | (1.765) | 1.595 |
| | 181.521 | 52.282 | 214.871 | (262.488) | - | 186.186 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | 218.360 | 4.343 | 686.422 | (387.827) | 46.548 | 567.846 |
| Não circulante | 30.744 | 46.547 | 61.029 | - | (46.548) | 91.772 |
| Patrimônio líquido | (67.583) | 1.392 | (532.580) | 125.339 | - | (473.432) |
| | 181.521 | 52.282 | 214.871 | (262.488) | - | 186.186 |

## 21.3. Demonstração dos resultados por segmento

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Período findo Em 31 de dezembro de 2017 | | | | |
| | Minério de ferro | | | | |
| | Sistema Sudeste | Sistema Corumbá | Corporativo | Ajustes e eliminações | Consolidado |
| Receita de venda de bens e/ou serviços - MI | - | 454 | - | - | 454 |
| Receita de venda de bens e/ou serviços - ME | - | - | - | - | - |
| | - | 454 | - | - | 454 |
| | | | - | | |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | - | (473) | - | - | (473) |
| | | | - | | |
| Resultado bruto | - | (19) | - | - | (19) |
| Receitas/(despesas) operacionais | | | | | |
| Administrativas e gerais | (16.091) | (2.315) | (10.109) | - | (28.515) |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | 5.661 | (5.764) | (103) |
| Provisão para patrimônio líquido negativo | - | - | (12.531) | 12.531 | - |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 4.660 | 8.616 | 396 | - | 13.672 |
| | (11.431) | 6.301 | (16.583) | 6.767 | (14.946) |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro | (11.431) | 6.282 | (16.583) | 6.767 | (14.965) |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 11.274 | 3.824 | 5.495 | 19.694 | 40.287 |
| Despesas financeiras | (5.256) | (3.689) | (26.089) | (19.694) | (54.728) |
| | 6.018 | 135 | (20.594) | - | (14.441) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 5.413 | 6.417 | (37.177) | 6.767 | (29.406) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente | 0 | (351) | 1.958 | - | 1.607 |
| Lucro/(prejuízo) do período consolidado | 5.413 | 6.066 | (35.319) | 6.767 | (27.799) |
| Outras divulgações | | | | | |
| Despesas de depreciação e amortização | - | - | 436 | - | 436 |

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Período findo em 31 de dezembro de 2016 | | | | |
| | Minério de ferro | | | | |
| | Sistema Sudeste | Sistema Corumbá | Corporativo | Ajustes e eliminações | Consolidado |
| Receita de venda de bens e/ou serviços - MI | 2.723- | - | - | - | 2.723 |
| Receita de venda de bens e/ou serviços - ME | - | - | - | - | - |
| | 2.723 | - | - | - | 2.723 |
| | | | - | | |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (10.244) | - | - | - | (10.244) |
| Resultado bruto | (7.251) | - | - | - | (7.251) |
| Receitas/(despesas) operacionais | | | | | |
| Administrativas e gerais | (45.376) | (3.262) | (16.186) | - | (64.824) |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | (91.019) | 91.019 | - |
| Provisão para patrimônio líquido negativo | - | - | 671.508 | (671.508) | - |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 703.036 | 1.785 | (220.652) | - | 484.169 |
| | 657.660 | (1.477) | 343.651 | (580.489) | 419.345 |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro | 650.139 | (1.477) | 343.651 | (580.489) | 411.824 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 16.321 | 4.840 | 35.447 | 27.665 | 84.273 |
| Despesas financeiras | (25.377) | (4.201) | (23.260) | (27.665) | (80.503) |
| | (9.056) | 639 | 12.187 | - | 3.770 |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 641.038 | (838) | 355.838 | (580.489) | 415.594 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente | - | (814) | (1.959) | - | (2.773) |
| Lucro/(prejuízo) do período consolidado | 641.038 | (1.652) | 353.879 | (580.489) | 412.821 |
| Outras divulgações | | | | | |
| Despesas de depreciação e amortização | - | - | 703 | - | 703 |

## 22. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas contratam cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas contratadas englobam riscos como responsabilidade civil, seguro-automóvel, contra incêndio, riscos operacionais, além de uma apólice de seguro de vida em grupo para os nossos colaboradores.

| Risco coberto | Importância segurada |
|---|---|
| Danos materiais | 20.000 |
| Responsabilidade civil geral | 10.000 |

A Companhia e suas controladas consideram que as coberturas dessas apólices são consistentes com as utilizadas na indústria de mineração e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco corporativo. As premissas que fazem parte dos saldos acima não fazem parte do trabalho de auditoria.

| Conselho de Administração | Diretoria |
|---|---|
| Júlio Alfredo Klein Junior - Conselheiro<br>Carolina Gedeon - Conselheiro<br>Ricardo Furquim Werneck Guimarães - Conselheiro<br>Flávia Soeiro - Conselheira Independente | Pedro de Moraes Borba – Diretor<br>Presidente e Diretor de Relações com Investidores<br>Regina Arrigoni Urzedo Rocha - Diretora |

Marcela Roque Leite
CRC-MG 090.101/O7

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Individual e Consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

Pedro de Moraes Borba - Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Regina Arrigoni Urzedo Rocha – Diretora

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 27 de março de 2018, relativo às Demonstrações Financeiras (Individual e Consolidado) do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

Pedro de Moraes Borba - Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Regina Arrigoni Urzedo Rocha - Diretora